



LEIS “SUB JUDICE” (Pendientes de julgamento de sua constitucionalidade pelo Poder Judiciário)

- Atualizado em 27/10/2022 -

Número da norma	Ementa	Situação
Lei 7.210/2008	Exige nos estabelecimentos comerciais o uso de embalagens biodegradáveis.	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) nº 0230256-30.2009.8.26.0000 julgada procedente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) em 03/02/2011. Interposto recurso extraordinário nº 661.292 no Supremo Tribunal Federal (STF), sobrestado para aguardar a definição da matéria por aquela Corte no julgamento do Tema 970 da Repercussão Geral.
Lei 9.454/2020	Veda manuseio, utilização e soltura de fogos de artifício de estampido.	ADI nº 2181366-40.2020.8.26.0000 julgada improcedente pelo TJSP em 14/04/2021. Recurso extraordinário interposto, com decisão do presidente do TJSP, disponibilizada em 22/07/2021, determinando o sobrestamento do processo até o julgamento pelo STF do Tema 1056 das teses de repercussão geral daquela Corte.
Lei Complementar 511/2012	Reformula o Estatuto do Magistério Público Municipal.	ADI nº 2291632-60.2021.8.26.0000 julgada procedente pelo TJSP em 11/05/2022, para declarar a inconstitucionalidade (1) da expressão “e especialistas de educação” prevista no inciso III do art. 3º e no <i>caput</i> do art. 9º; dos incisos III, IV e V do art. 11; da expressão “e de especialistas de educação” inclusa no art. 17; da expressão “e especialista de educação” inserta no art. 45;



		da expressão “e o especialista de educação” inclusa no § 2º do art. 45; da expressão “e especialistas de educação” prevista no art. 50, todos da Lei Complementar nº 511/2012; (2) da Lei Complementar nº 536/2013; (3) da Lei Complementar nº 559/2015; (4) por arrastamento, do parágrafo único do art. 6º, do art. 30, <i>caput</i>, e seu parágrafo único, além do art. 36, <i>caput</i>, e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 511/2012. Modulação para eficácia da decisão a partir de 120 dias. Pendente de trânsito em julgado. A Prefeitura de Jundiaí ajuizou no STF a Suspensão de Liminar 1.567, na qual obteve decisão de procedência em 09/09/2022, para suspender os efeitos da decisão do TJSP até seu trânsito em julgado.
Resolução 560/2015	Autoriza o fornecimento de auxílio-refeição aos servidores da Câmara Municipal.	ADI nº 2099859-86.2022.8.26.0000 ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça em 07/05/2022 no TJSP, com pedido de liminar, que foi deferida pela desembargadora relatora em 11/05/2022, para suspender a validade desta resolução. Ação julgada procedente em 28/09/2022. Pendente de trânsito em julgado.
Lei 9.701/2022	Veda, nos postos de combustíveis, instalação de bombas para autoatendimento ou operação “self-service” no abastecimento.	ADI nº 2117567-52.2022.8.26.0000 ajuizada em 26/05/2022 no TJSP, com pedido de liminar, que foi deferida pela desembargadora relatora em 31/05/2022, para suspender a validade desta lei. Ação julgada procedente em 19/10/2022. Pendente de trânsito em julgado.



Lei 9.754/2022	Exige dispositivo antifurto em carrinhos de compras disponibilizados por estabelecimentos comerciais.	ADI nº 2121066-44.2022.8.26.0000 ajuizada em 31/05/2022 no TJSP, com pedido de liminar, que foi deferida pelo desembargador relator em 02/06/2022, para suspender a validade desta lei. Ação julgada procedente em 21/09/2022. Pendente de trânsito em julgado.
Decreto Legislativo 1.859/2021	Reajusta os subsídios dos Gestores Municipais a partir de 1º de janeiro de 2022.	ADI nº 2125513-75.2022.8.26.0000 ajuizada em 03/06/2022 no TJSP, sem pedido de liminar.
Lei 9.741/2022	Prevê coleta de resíduos de construção civil e equipamentos feitos de amianto pela Prefeitura em casos de catástrofes naturais ou estado de calamidade pública.	ADI nº 2128478-26.2022.8.26.0000 ajuizada em 07/06/2022 no TJSP, com pedido de liminar, que foi deferida pelo desembargador relator em 09/06/2022, para suspender a validade desta lei. Ação julgada parcialmente procedente em 14/09/2022. Pendente de trânsito em julgado.
Lei 9.766/2022	Cria a Carteira de Identificação do Autista – CIA.	ADI nº 2194503-21.2022.8.26.0000 ajuizada em 19/08/2022 no TJSP, com pedido de liminar, que foi deferida pelo desembargador relator em 23/08/2022, para suspender a validade desta lei.
Resoluções 608/2021 609/2021	Reajusta os vencimentos, salários, funções de confiança, gratificações, proventos de aposentadoria e pensão e auxílio-alimentação do funcionalismo público, a partir de 1º de janeiro de 2022. Altera a Resolução 525/2007, que autorizou o fornecimento de “Auxílio-Alimentação” aos servidores do Quadro de Pessoal do Legislativo – QPL, para reajustar o seu valor a partir de 1º de janeiro de 2022.	ADI nº 2223062-85.2022.8.26.0000 ajuizada em 20/09/2022 no TJSP, com pedido de liminar, que foi indeferida pelo desembargador relator em 22/09/2022.



610/2021	Altera a Resolução 560/2015, que autorizou o fornecimento de auxílio-refeição aos servidores da Câmara Municipal, para reajustar o seu valor a partir de 1º de janeiro de 2022.	
--------------------------	---	--

\scpo